

HABEAS CORPUS Nº 559.148 - SP (2020/0020393-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : EDINILCO DE FREITAS XAVIER
ADVOGADO : EDINILCO DE FREITAS XAVIER - SP388635
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDSON CORREA JORGE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor EDSON CORRÊA JORGE em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2270755-70.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 18/11/2019, em razão da suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes), e 16, parágrafo único, II, da Lei n. 10.826/2003 (posse de arma de fogo de uso restrito ou proibido). Na residência do paciente foram apreendidos: "37 (*trinta e sete*) porções de maconha, pesando 654,39 (*seiscentos e cinquenta e quatro gramas e trinta e nove decigramas*), 03 (*três*) tijolos de maconha, pesando 1,023 kg (*um quilo e vinte e três gramas*), 01 (*uma*) porção a granel de maconha, pesando 22,32 g [*vinte e dois gramas e trinta e dois centigramas*], 573 (*quinhentas e setenta e três*) pedras de 'crack', pesando 119,74 g [*cento e dezenove gramas e setenta e quatro centigramas*], 6.347 (*seis mil, trezentos e quarenta e sete*) supositórios transparentes com cocaína, pesando 4,3 Kg (*quatro quilos e trezentos gramas*), 4.166 (*quatro mil, cento e sessenta e seis*) supositórios rosas com cocaína, pesando 5,5 Kg (*cinco quilos e quinhentos gramas*), além de 01 (*uma*) porção de cocaína, pesando 37,93 g [*trinta e sete gramas e noventa e três centigramas*]" (e-STJ fl. 23). A custódia foi convertida em prisão preventiva (e-STJ fls. 21/25).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem buscando a revogação da segregação cautelar, contudo a ordem foi denegada, conforme acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 29):

Habeas Corpus Tráfico ilícito de drogas e posse irregular de arma de fogo de uso permitido e restrito Decisão fundamentada na demonstração dos pressupostos e requisitos autorizadores da prisão preventiva Condições pessoais desfavoráveis Revogação

Superior Tribunal de Justiça

*Impossibilidade Insuficiência das medidas cautelares alternativas
Reconhecimento Alegação de constrangimento ilegal não
evidenciada Ordem denegada.*

No presente *writ*, o impetrante requer, liminarmente e no mérito, que seja garantido ao paciente o direito de responder em liberdade à ação penal sob o argumento de que "*estão presentes, pois, os requisitos para a concessão do provimento cautelar ora postulado*" (e-STJ fl. 14).

O pedido liminar foi indeferido, em 31/1/2020, pelo Ministro Presidente JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (e-STJ fl. 39).

Informações prestadas (e-STJ fls. 43/70).

Parecer ministerial pela não concessão da ordem de *habeas corpus* (e-STJ fls. 74/78).

É o relatório. Decido.

Conforme relatado, busca-se, no presente *habeas corpus*, a revogação da prisão preventiva decretada, sob o argumento de que não há fundamentos para a sua manutenção.

Insta consignar, preliminarmente, que a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a liberdade. Assim, a prisão de natureza cautelar revela-se cabível tão somente quando, a par de indícios do cometimento do delito (*fumus commissi delicti*), estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Decorre de comando constitucional expresso que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (art. 5º, inciso LXI). Portanto, há de se exigir que o decreto de prisão preventiva esteja sempre concretamente fundamentado.

No caso, estes foram os fundamentos invocados para a decretação da prisão preventiva do paciente, *in verbis* (e-STJ fl. 24):

Assevero que a prisão em flagrante deve ser convertida em cárcere preventivo, tendo em vista as peculiaridades do caso e a presença dos pressupostos do art. 312 e seguintes do CPP. Com efeito, é certo que superado em muito o patamar de pena máxima superior a quatro

anos, haja vista que se trata de delito de tráfico de drogas (art. 313, I do CPP). Por outro lado, presentes os indícios de autoria (já que houve prisão em flagrante) e a prova da materialidade externada pelo laudo de constatação preliminar (fls.20/21). **Atente-se para o fato de que o acusado EDSON é reincidente, tendo inúmeras condenações em sua F.A. (fls.49/54 e 57/73). É de se ressaltar que a grande quantidade de drogas encontrada com os acusados, bem como os objetos encontrados na residência, indicam que intensamente envolvidos com o tráfico e a clara possibilidade de reiteração delitiva, de modo que a prisão se faz importante para garantia da ordem pública, evitando que os réus retornem ao crime.** A prisão deve ser decretada, com efeito, para garantia da ordem pública, não sendo recomendada nenhuma das medidas do art. 319 do CPP. Na hipótese se destaca que tal conduta é compatível com o comportamento de quem quando solto volta a delinquir por desacreditar na ação estatal séria e rigorosa, de modo que recomendável a prisão, para, a uma preservar a autoridade da Justiça; a duas, para preservar a sociedade quanto à eventual reiteração na conduta ilícita. De outro tanto, deixo de acolher o pedido da Defesa quanto à substituição do cárcere na averiguada por conta do fato de ter filho menor de doze anos, conforme pugnou a Defesa. É certo que a própria requerida argumentou que seu filho (e ela própria) possui residência junto com a avó materna. Inegável, portanto, que o menor possui cuidador e responsável, decerto que a averiguada não é essencial aos cuidados dele, neste momento. Por tais razões, homologo a prisão em flagrante e decreto a prisão preventiva de EDSON CORREA JORGE e ELIZANDRA NARA DA SILVA PUCHTA PONTES, porque nenhuma das medidas alternativas se revela pertinente, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido da i. Defesa. Expeçam-se os mandados de prisão.

Recentemente, em 31/3/2020, o Magistrado de piso analisou o pedido da defesa de revogação da custódia cautelar e indeferiu-o nos seguintes termos, conforme se extrai do sítio eletrônico do Tribunal de origem, *in verbis*:

Em audiência de custódia realizada em 19/11/2019, foi proferida decisão que decretou a prisão preventiva dos requeridos, apontando os requisitos e pressupostos indispensáveis para a medida cautelar adotada, quais sejam, a comprovação da materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria. Destaco, que os acusados EDSON CORREA JORGE e ELIZANDRA NARA DA SILVA PUCHTA PONTES foram presos em flagrante, porque, em concurso tinham em depósito, para fins de tráfico de entorpecente, 37 porções de maconha, pesando 654,39 gramas, 03 porções de maconha (na forma de tijolos), pesando 1,023 kg, 01 porção a granel de maconha, pesando 22,32 gramas, 573 porções de crack (em formato de pedra), pesando 119,74 gramas, 6.347 porções de cocaína (em supositórios transparentes), pesando 4,3 Kg, 4.166 porções de cocaína (em supositórios rosas), pesando 5,5 Kg (cinco quilos e quinhentos gramas), além de 01 porção de cocaína, pesando 37,93 gramas, todas as drogas acondicionadas em embalagens individuais. No momento do flagrante, foi constatado que EDSON possuía, no

interior de sua residência, uma arma de fogo, tipo pistola, marca Taurus, calibre .40, com numeração suprimida por instrumentos à guisa de abrasivos na câmara e na lateral do ferrolho, devidamente municiada com 07 munições, além de carregador para oito munições. O corréu EDSON é reincidente, conforme sua Folha de Antecedentes de fls.49/54e 57/73, possuindo inúmeras condenações, o que por si só demonstra sua personalidade voltada para à prática delitiva e força conclusão de que, em liberdade, representa risco concreto aos bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal, sendo necessária a cautela extrema para garantia da ordem pública. Anoto, que não se trata de presunção decorrente de fatos abstratos ou suposições, mas da própria vida pregressa do imputado retratada pela sua Folha de Antecedentes, aliada à grande quantidade de drogas encontradas. Observo, ainda, que apesar da corré ELIZANDRA ter um filho menor, ela própria informou que ele reside com a avó materna, não sendo responsável, pelos seus cuidados. Trata-se de crime grave, com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, preenchendo, também, o requisito previsto no art. 313, I, do Código de Processo Penal. Portanto, para garantia da ordem pública, mantenho a custódia cautelar dos corréus EDSON CORREA JORGE e ELIZANDRA NARA DA SILVA PUCHTA PONTES, pois continuam presentes os requisitos da prisão preventiva, sobretudo o perigo gerado pelo seu estado de liberdade, consubstanciada na sua reincidência de Jorge e personalidade voltada para a prática delitiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Vê-se que a prisão foi decretada em razão da gravidade concreta da conduta perpetrada pelo paciente, consubstanciada pela apreensão de vários tipos de substâncias entorpecentes em elevada quantidade, a indicar o intenso envolvimento do réu com o tráfico de drogas, quais sejam: 37 porções de maconha, pesando 654,39g; 3 porções de maconha (na forma de tijolos), pesando 1,023kg; 1 porção a granel de maconha, pesando 22,32g; 573 porções de *crack* (em formato de pedra), pesando 119,74g; 6.347 porções de cocaína (em supositórios transparentes), pesando 4,3kg; 4.166 porções de cocaína (em supositórios rosas), pesando 5,5kg; e 1 porção de cocaína, pesando 37,93g; além de uma arma de fogo, tipo pistola, marca Taurus, calibre .40, com numeração suprimida, devidamente municiada com 7 munições, além de carregador para oito munições.

Destacou também o decreto de prisão a acentuada periculosidade do paciente, evidenciada pelo fato de ser reincidente, possuindo inúmeras condenações, o que por si só demonstra sua personalidade voltada para a prática delitiva.

Dessarte, a segregação cautelar revela-se justificada, pois, na linha da

orientação firmada no âmbito desta Corte, a gravidade concreta da conduta, aliada aos péssimos antecedentes criminais, denota a periculosidade do agente. Tais circunstâncias, por conseguinte, sinalizam a necessidade da prisão cautelar como forma de assegurar a ordem pública e de cessar nova atividade delitiva. Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA FUNDADA NA VARIEDADE E QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS E NA REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA DA PARTE RECORRENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

2. Na hipótese, os agentes que efetuaram o flagrante encontraram, no interior do imóvel em que morava a Recorrente - reincidente específica no crime de tráfico de drogas -, 107 pinos de cocaína (135g), 10 porções de maconha (70g) e uma pedra de crack (2g).

3. Em situações em que a prisão processual foi fundamentada na apreensão de quantidades significativas de mais de um tipo de entorpecente, e em que o Agente era reincidente específico, esta Corte reconhece a legitimidade da segregação para a garantia da ordem pública, notadamente em razão do risco concreto de nova reiteração.

4. Recurso desprovido.

(RHC 105.192/MG, relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/3/2019, DJe 15/4/2019.)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, evidenciada pela gravidade concreta da conduta delitiva, ao ressaltar a quantidade e a diversidade de entorpecentes apreendidos - quase 157,7 g de maconha e 77,4 g de cocaína.

3. Recurso não provido.

(RHC 79.001/MG, relator Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ,

SEXTA TURMA, julgado em 30/03/2017, DJe 07/04/2017.)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. De acordo com reiteradas decisões da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

2. No caso, a prisão preventiva está assentada na necessidade de se garantir a ordem pública, tendo as instâncias ordinárias destacado a quantidade de droga apreendida, a revelar a presença de periculosidade in concreto da ação e do agente.

3. Eventuais condições pessoais favoráveis do paciente não possuem o condão de, por si sós, conduzir à revogação da prisão preventiva.

4. Ordem denegada.

(HC 378.977/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/3/2017, DJe 06/04/2017.)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, consubstanciada na quantidade e variedade da droga apreendida, bem como na participação de adolescente no cometimento do delito, na afirmação do juízo singular de que foram apreendidos em poder dele e do associado menor 20 (vinte) eppendorfs de cocaína e 34 (trinta e quatro) porções de maconha, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.

2. Habeas corpus denegado.

(HC 381.193/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 22/03/2017.)

Dessa forma, justifica-se a imposição da prisão preventiva para a garantia da ordem pública e, também, a fim de evitar a reiteração criminosa por parte do paciente.

Ante o exposto, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator